

A reforma que a Constituinte não encarou

Uma verdadeira revolução política, com espetacular benefício de ordem econômica, resultaria da criação de um Banco Central autônomo, desvinculado do Poder Executivo e patrilhado pelo Poder Legislativo. Essa proposta, de ousada abertura democrática, não passou pelo crivo do Congresso constituinte, mas permanece no palco da reflexão nacional, agasalhada pela simpatia de brasileiros que não têm o rabo preso com o carreirismo político. O que não acontece, evidentemente, com a maioria dos constituintes.

Um Banco Central independente assumiria a função de um quarto poder institucional — o Poder Emissor, ao lado do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Ele seria conduzido por uma diretoria sem vinculação hierárquica com o governo. Seu presidente, indicação aprovada pelo Congresso, teria um mandato definido, não mais seria demissível "ad nutum" pelo presidente da República nem seria um simples "homem de confiança" do ministro da Fazenda. Mas a ele seria imposta responsabilidade civil e criminal na hipótese de má gestão da moeda nacional.

O desastre maior

A independência do Banco Central foi discutida quinta-feira, em Brasília, por quase todos os que presidiram a instituição nos últimos vinte anos — de Dênio Nogueira, primeiro presidente, a Fernando Milliet, atual presidente, passando por presidentes

que viraram ministros, tais como Ernane Galvêas e Mário Henrique Simonsen. Dos debates também participaram o ministro Bresser Pereira e os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Netto. Doutores na matéria, os debatedores destilaram um consenso, assim resumido pelo ministro Bresser Pereira: "O poder do ministro da Fazenda de emitir dinheiro para financiar o desperdício público é o maior desastre da administração brasileira. O resto é consequência."

Virou inglória

O desastre está na lassidão dos costumes políticos: com a mão na Casa da Moeda, via Banco Central, governos populistas (e perdulários) embarcam no desperdício, na malversação, no empreguismo, no descalabro, no modelo do faz-de-contas, passo sempre maior que a perna, projeto sempre maior que o recurso, soma das partes sempre maior que o todo.

O efeito líquido, sob o doping do crescimento desbalanceado do PIB, é uma combinação trágica de inflação endêmica, dívida externa não mais suportável, "déficit" público irremovível, carga fiscal sem retorno social, inchaço doentio do Estado na economia, festival de subsídios e repasses (com os confiscos equivalentes), empreguismo irreversível, marajáismo ostensivo, planejamento faraônico — tudo isso com direito a "ajustes" que passam, necessariamente, pela recessão ou pela Inglória, de que nos falava Cláudio Abramo: o desempre-

go da Inglaterra com a miséria da Etiópia.

Eis o desfecho do modelo crescentista do mestre-de-obras que não admite a presença do guarda-livros.

A repulsa política

Repensar e remarcar o lugar do Banco Central na sociedade brasileira deveria ser uma questão de honra para o Congresso constituinte levada a sério. Mas essa idéia não passou pela Comissão de Sistematização. Afinal, a classe política é do ramo: o que seria do populismo eleitoreiro sem a manipulação aberta e franca da Casa da Moeda ou sem o manuseio destemperado da chamada coisa pública, cada vez mais coisa que pública? O que seria do administrador incompetente de instituições públicas que não "quebram" porque à Casa da Moeda corrige tudo?

Qualquer político de fundo de brejo pode "administrar" o Brasil, se nutrido pela poupança falsa da Casa da Moeda. Qualquer despreparado assume o poder e permanece a bordo quando a emissão sem lastro de moeda e de títulos da dívida pública financia o compadrio, garante o clientelismo, autoriza despesas, patrocina subsídios, encoraja repasses e sustenta coberturas de escalões estaduais e municipais não menos perdulários.

Quem controla o Banco Central, politicamente, manda e desmanda no Brasil. O Congresso Nacional pensa que exerce o controle social do Executivo (e das estatais) e o

Tribunal de Contas não consegue exercer o controle contábil. E o Congresso constituinte, que veio para consertar tudo isso, tratou de esnobar a impertinente reforma: a classe política tem instinto de conservação.

Uma tentativa

A proposta mais avançada, a do Poder Emissor, via Banco Central independente, é de Mário Henrique Simonsen. Além da "descarga sanitária" nos usos e costumes da vida política, um Banco Central com cargo e função de gestor soberano da política monetária, criaria condições técnicas e políticas para a aplicação, pelo Executivo, de uma política fiscal digna do nome. Esta, sim, da competência do ministro da Fazenda. Essa política fiscal enquadraria a disciplina orçamentária e daria ao Brasil um instrumento de nação civilizada: o orçamento público compacto, unificado, transparente, patrulhável.

Em 1988, ao largo do Congresso constituinte, vamos ensaiar a unificação do orçamento monetário com o orçamento fiscal. Um grande avanço. Mas a dúvida é do deputado Delfim Netto: vai dar para executar um orçamento espartano, auditado pelo Congresso, sem a descontinuação política do Banco Central — que já está no seu quinto presidente em apenas dois de Nova República? Ou no terceiro presidente, desde janeiro? O servidor Roberto Campos deplora:

"A moeda nacional pode ser respeitada quando inquilina de uma casa de alta rotatividade?"